O Estado nacional como desafio teórico e empírico para a sociologia política contemporânea

Elisa P. Reis

O Sociólogo e as Políticas públicas: Ensaios em Homenagem a Simon Schwartzman / Luisa Farah Schwartzman, Isabel Farah Schwartzman, Felipe Farah Schwartzman, Michel Lent Schwartzman, organizadores. — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Pp, 27-52.
ISBN 978-85-225-0736-8

1

O Estado nacional como desafio teórico e empírico para a sociologia política contemporânea

ELISA P. REIS*

São muitos os temas e vários os ângulos de análise que podem ser escolhidos para prestar tributo a Simon Schwartzman. De minha parte, tendo sido sua aluna, assistente de pesquisa, colega de trabalho em mais de uma instituição e sendo hoje sua eventual colaboradora, é grande a margem de escolha possível. Mas a lembrança de meus anos formativos, quando aluna do programa de mestrado em ciência política do Iuperj, se impõe. Não por ser a mais pretérita, mas porque foi nessa época que se consolidou meu interesse pela sociologia política de cunho macro-histórico. É verdade que ambos trazíamos da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (Face/UFMG) a semente desse interesse. O curso de sociologia e política que ambos cursamos, ainda que em momentos distintos, certamente marcou nosso perfil de pesquisadores. Mas, cada vez que os requisitos acadêmicos me exigiram o inventário das influências e dívidas intelectuais presentes em minha trajetória, emergia clara a figura do professor e orientador que insistia na importância de ver o Estado como um ator e não apenas como reflexo de outras dimensões de análise.

No contexto brasileiro dos anos 1970, despertar para a possibilidade de se eleger o Estado como variável independente para fins analíticos era

* Agradeço as críticas e observações de Mariza Peirano e Eustáquio Reis.

realmente uma revelação. Digamos que Simon Schwartzman foi orientador e cúmplice na minha descoberta de que, ao fim e ao cabo, todo Estado é um tanto "bonapartista". A tese de mestrado que redigi sob sua orientação analisava a política cafeeira entre 1890 e 1930, para discutir o processo de construção do Estado nacional nesse período. Minha pesquisa de então mostrava que o protecionismo que o Estado liberal adotou relutantemente, por pressão dos cafeicultores, propiciou recursos cruciais para a expansão e o fortalecimento do próprio Estado. À época dessa pesquisa, solidifiquei minha aposta no valor heurístico dos conceitos de autoridade, mercado e interesse que o professor Simon enfatizava. Trabalhar com tais conceitos constituía uma possibilidade atraente porque, graças à tradição da sociologia macro-histórica disponível, podia-se refletir sobre os processos de construção de Estados nacionais já consolidados e, através do exercício comparativo, pensar analiticamente sobre o processo histórico brasileiro.

De fato, analisar o processo de construção dos Estados nacionais passou a constituir, por longo período, um aspecto central na agenda da sociologia que refletia sobre o então chamado Terceiro Mundo. À medida mesmo que a sociologia tendia a pensar a sociedade como "naturalmente" equivalente a nação, e esta última como indissociável do Estado, o foco no Estado-nação informava toda a discussão sobre as perspectivas de desenvolvimento e de modernização que eram as metas iluministas emuladas pelas ciências sociais. Com o auxílio dos conceitos mencionados, buscávamos entender o processo histórico de sociedades nacionais através do exame da dinâmica do Estado-nação.

Atualmente, diante do impacto dos processos globais, vemos frequentes alusões a sinais de enfraquecimento do Estado-nação, e há mesmo os que duvidam de seu futuro como forma de organização política. Outros, entre os quais me incluo, enfatizam as transformações profundas pelas quais passam os Estados nacionais, sem subscrever a tese segundo a qual seu enfraquecimento progressivo e eventual desaparecimento já se anunciam no presente. Independentemente da perspectiva adotada, contudo, as mudanças que os Estados nacionais vêm experimentando são demasiado profundas para serem ignoradas pelas ciências sociais. Mais importan-

te ainda: refletir sobre as transformações em curso constitui tarefa crucial em nossa agenda, sobretudo tendo-se em conta que as ciências sociais surgiram concomitantemente à consolidação das sociedades nacionais.

Tradicionalmente, nossas disciplinas assumiam que o recorte natural da sociedade coincidia com os contornos nacionais, moldados na fusão do Estado com a nação. Uma vez posto em questão o "nacionalismo metodológico",[1] torna-se claro que havia um paradigma implícito nas ciências sociais, paradigma esse que via no Estado o demiurgo do progresso e na sociedade a coletividade organizada como nação. A erosão desse paradigma vem se dando rapidamente, motivada, por um lado, pela perda de prestígio do planejamento central e, por outro, pela reinvenção das identidades coletivas que questionam a preponderância da identificação com a nação.

Grosso modo, pode-se dizer que o Estado nacional que emergiu gradualmente no contexto europeu a partir do século XVIII experimentou, no século XX, seu apogeu como forma de integração entre autoridade e solidariedade.[2] Tendo atingido o status de expressão "natural" de modernidade e maturidade, fruto de sua longa mas bem-sucedida institucionalização, o Estado-nação tornou-se modelo para as nações que emergiram com o processo de descolonização. Além disso, a ideologia nacionalista foi o traço comum que expressou a esperança no futuro entre as sociedades emergentes. A mística do nacional embalou também os sonhos dos países latino-americanos, que viram no Estado desenvolvimentista o ator privilegiado para levar à frente a modernização da sociedade.

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a relação entre as transformações das décadas recentes e o ambiente teórico-conceitual no qual a sociologia se exerce hoje. O foco dessa reflexão está nos desafios que se colocam para a tradição sociológica de cunho macro-histórico. Faz sentido hoje pensar os processos de transformação em curso com o auxílio de lentes analíticas de caráter macro-histórico? Haverá espaço para essa perspectiva no contexto do questionamento das grandes narrativas? Nes-

---

1 Beck, 2006.

2 Bendix, 1977; Grillo, 1980; e Weber, 1976.

sa era da sublimação de espaço e tempo através do mundo virtual faz sentido reinserir as ciências sociais no universo histórico? Minha resposta é afirmativa, ponderando que a própria perplexidade teórica do momento reflete as contingências que o desafiam.

A tarefa que me proponho pode ser vista como fruto da tendência atual da sociologia de enfatizar a autorreflexividade, colocando em questão a naturalidade de noções e conceitos que constituíram, até bem pouco, elementos canônicos de nossas análises. Partindo de uma reflexão sobre o conceito de Estado-nação, que foi tão central na sociologia, aceito dialogar com aqueles que questionam a naturalidade do Estado nacional como forma inata e progressiva de organização da vida em sociedade. Para muitos essa discussão se insere no âmbito de outra ainda mais ampla, qual seja aquela que diz respeito ao sentido da modernidade, noção que informa a própria constituição das ciências sociais.

Sem me deter no debate filosófico e epistemológico, limito-me neste trabalho a refletir sobre como as transformações político-administrativas, organizacionais e ideológico-culturais do Estado nacional nas últimas décadas afetam a agenda das ciências sociais, particularmente a pauta de pesquisas da sociologia política. Nas ciências sociais, as formas de pensar a sociedade e o Estado experimentam alterações significativas, mas não me parece ter havido empenho suficiente em explicitar redefinições conceituais, proposições teóricas e novos focos de análise. O que empreendo nas páginas que se seguem constitui um esforço preliminar nessa direção.

O Estado-nação: história e teoria

O caráter histórico e, portanto, contextual dos conceitos sociológicos raramente mereceu a atenção devida por parte das ciências sociais. É verdade que alguns conceitos, como, por exemplo, o de sociedade civil, que retornou com tanto destaque no discurso das ciências sociais, mereceu algum esforço autorreflexivo na literatura recente.[3] Mas casos como esse, de reflexão histórico-conceitual, constituem mais exceções que rotina de trabalho. Mesmo as exceções com frequência são mais voltadas para uma

[3] Cohen e Arato, 1992; e Keane, 1988.

história das ideias que para um exame das implicações teóricas e práticas dos conceitos em uso para a análise do social. Saber que a gênese de um conceito está na obra de determinado pensador é importante, mas é também necessário discutir, por exemplo, em que medida o resgate atual de um conceito específico expressa uma maneira nova de pensar as relações entre sociedade e política. Em outras palavras, o próprio exercício de estabelecer relações significativas entre conjuntura histórica e resgates conceituais pode vir a ser uma contribuição relevante ao entendimento dos processos sociais.

O questionamento da relação entre nossos conceitos teóricos e o contexto histórico parece-me crucial porque a intimidade inevitável entre história e teoria sociológica, entre conceitos abstratos e realidades singulares, nem sempre é levada em conta. A teoria tende a se distanciar cada vez mais da história, processo que tem seus ganhos e suas perdas. Certamente, a formalização que determinadas perspectivas teóricas lograram em décadas recentes constitui um avanço notável em termos de rigor e consistência. Mas não se pode negar também que, em alguns casos, esses ganhos são empanados pela perda de sentido e relevância do conhecimento gerado. Reinserir o conhecimento teórico no mundo real exige necessariamente a reflexão histórica, sob pena de produzirmos conhecimentos fúteis sobre nossa realidade social.

Ao tomarmos um conceito-chave nas ciências sociais como é o de Estado-nação, é importante refletir sobre o fenômeno histórico que ele designa. Como bem observa Axtmann (2004:260): "No século XIX a noção do Estado-nação passa a expressar a ideia segundo a qual o governo legítimo só poderia estar baseado no princípio da autodeterminação nacional e que, pelo menos idealmente, Estado e nação deviam ser idênticos um ao outro. A nação se tornou o corpo 'unitário' no qual residia a soberania estatal". Pelo lado do Estado, a noção de soberania se consolida ao longo de um lento processo que afirma a autoridade do poder público sobre antigos competidores, como tinham sido a Igreja, a nobreza, e a burguesia nascente. Pelo lado da sociedade, a definição da nação como a população de um determinado território que voluntariamente reconhecia a autoridade do Estado permitiu unificar a solidariedade social em

torno da autoridade, dessa forma suplantando disputas étnicas, religiosas e linguísticas.

Como Bendix (1977) formulou de forma exemplar, a fusão entre o Estado e a nação correspondeu a uma forma inteiramente nova de pensar as relações entre autoridade e solidariedade. O sentimento de pertencer a um todo social, a uma comunidade, corresponde à dimensão da solidariedade. Isso, porém, não significa apenas reconhecer-se como portador de direitos fundados na noção de pertencer. A tal reconhecimento corresponde igualmente a internalização de deveres, a introjeção da obediência, ou seja, o fundamento da legitimidade de que falava Weber (1976). Essa teria sido uma das grandes realizações políticas do mundo moderno, feito tão bem-sucedido que nos acostumamos a pensar a sociedade como coincidente com os contornos do Estado-nação.

Para o senso comum e para a própria sociologia, falar de sociedade brasileira, sociedade francesa, ou qualquer outra referência a país tornou-se trivial. A ciência social moderna tomou o contorno do Estado-nação como equivalente a sociedade. Essa naturalização do Estado nacional foi fruto do longo processo histórico iniciado sob o feudalismo na Europa. Como bem o descreveu Elias (1982), infindáveis disputas pessoais pela propriedade da terra marcaram o processo de integração crescente dos feudos até a conformação das unidades que passamos a conhecer como Estados nacionais. Naturalmente, o que ele descreve são múltiplos processos históricos, diversificados no tempo e no espaço. No caso da Itália e da Alemanha, essa conformação ocorre quando já ia avançando o século XIX. Em outros, como no caso da Europa central, o processo seria abortado para reemergir em época recente como edição revista do movimento original. De qualquer forma, a partir da análise histórica, podemos identificar claramente uma tendência e observar depois como o sucesso da fórmula política nacional a converte ao mesmo tempo em tipo ideal para análise e em ideal normativo para a prática política.

Que o processo de institucionalização do Estado nacional foi longo e não antecipado não há dúvida. Contudo, a prova mais clara de que a construção cultural do Estado-nação foi coroada de sucesso é o fato de que ela assumiu o status de coisa natural. Se em décadas mais recentes

essa naturalidade atribuída à simbiose entre Estado e nação começa a ser objeto de reflexão crítica, esse certamente não era o caso à época do surgimento da sociologia como disciplina, quando os clássicos da disciplina buscavam definir Estado, nação e sociedade. Com frequência, as definições se sobrepõem, como se fosse impossível falar de um desses conceitos sem falar dos outros.[4] A fusão entre Estado e nação se tornara um construto cultural da era moderna. Nesse movimento, o Estado nacional passou a ser visto como a própria expressão da modernidade, meta a ser alcançada em países considerados tradicionais ou atrasados.[5]

Naturalmente, o processo de constituição do Estado nacional que teve lugar na Europa não se deu da mesma forma nas áreas de colonização. Seja porque o território colonizado tinha formas próprias de organização social e política altamente institucionalizadas (Índia, por exemplo), seja porque a própria fragilidade da organização social anterior tornava possível a transposição artificial de instituições vigentes na metrópole. Daí teria decorrido, no caso brasileiro, a precocidade característica do Estado em relação à nação apontada por diversos autores. Outras tantas peculiaridades marcaram a institucionalização dos Estados nacionais no Novo Mundo, aspecto esse que não invalida o alcance teórico ou ideológico desse construto.

Com a descolonização de meados do século XX, a ideologia do Estado nacional atingiu seu ápice. No pós-guerra, o triunfo do princípio de autodeterminação dos povos, consagrado pela recém-nascida Organização das Nações Unidas, tomava não só povo e nação como sinônimos, mas, principalmente, a nação e o Estado como princípios indissociáveis. Se na Europa, como já ressaltei, essa fusão foi um movimento multissecular, nos chamados países jovens, nação e Estado já surgiram unidos como meta a ser alcançada, e o ideal nacional tornou-se a ideologia do progresso. Claro está também que em muitos desses países recém-formados etnias e religiões disputaram (e disputam ainda) o privilégio de ser o parceiro natural do Estado, compondo assim o ingrediente solidário da referida fusão. De qualquer forma, o que é comum nessas disputas é o esforço para ser reconheci-

---

4 Reis, 1998b.

5 Anderson, 1991; Breuilly, 1982; Hobsbawm, 1990; e Tilly, 1975.

do como o povo que congrega a comunidade legitimamente identificada como o universo da nação organizada sob a forma de Estado nacional.

Na verdade, bem antes do movimento de descolonização que teve lugar no século XX, já se pôde ver claramente que o ideal do Estado-nação e o credo nacionalista que o legitima alimentavam os movimentos independentistas na América Latina. Mas, é claro que em meados do século XX a ideologia nacional se renovou e ganhou novas expressões no continente, forjando novas alianças entre classes e grupos, que dessa maneira sobrepuseram metas comuns a interesses divergentes, ao mesmo tempo que legitimaram a autoridade do Estado. Na verdade, este último passou a ser visto como o ator estratégico na superação do atraso econômico imposto pela hegemonia externa que criava obstáculos ao progresso. Sob a bandeira da luta pelo desenvolvimento nacional, forjavam-se as alianças que legitimavam o exercício da autoridade estatal e asseguravam a coesão social. Mais ainda, desenvolvimentismo e iniciativa estatal tornaram-se quase sinônimos.[6]

Certamente, solidariedade e coesão social não implicavam automaticamente estabilidade política. Disputas políticas acirradas persistiram sempre, mas tanto a competição eleitoral quanto os golpes e as rebeliões e revoltas foram feitos em nome do desenvolvimento da sociedade nacional. E o argumento básico era que o controle do Estado se fazia necessário para levar à frente esse desenvolvimento. A legitimidade era buscada na crença de que só o Estado tinha condições de liderar o processo, que só ele tinha condições de planejar, coordenar metas e avançar objetivos de longo prazo.

A tendência que comentei anteriormente de perceber o Estado como um ator nele próprio (e não como um mero comitê executivo, como o marxismo mais ortodoxo tinha proposto, ou idêntico a governo, como queriam os liberais) não se restringiu ao Terceiro Mundo. Também no "Segundo Mundo", o do socialismo real, a ideia segundo a qual o Estado era a vanguarda, o ator provisório destinado a se autodestruir no futuro, era parte do cânon. Toda a concepção de planejamento central baseava-se na crença de que o Estado estava investido da capacidade de gerir um

---

[6] Cardoso e Faletto, 1969; Jaguaribe, 1975; Martins, 1977; e Trebat, 1983.

projeto nacional porque tinha a capacidade de se colocar acima dos interesses divergentes e coordenar toda a sociedade em benefício dela, mesmo quando as aparências sugeriam algo distinto.[7]

Até mesmo no Primeiro Mundo a expansão do Estado de Bem-estar implicou na verdade não apenas uma expansão física do aparato estatal, mas também uma ampliação de seu papel na vida social.[8]

Mas foi no então chamado Terceiro Mundo que o protagonismo do Estado se fez mais claro como ideologia. No contexto dos países retardatários, a tendência geral era ver a centralidade do ator "Estado" como algo natural e inevitável. O Estado desenvolvimentista parecia ser a fórmula positiva e normativa típica das sociedades subdesenvolvidas. Autores de tendências diversas viram no Estado o núcleo de poder estrategicamente habilitado a conduzir o processo de desenvolvimento. Expressões como "anéis burocráticos",[9] "burguesia de Estado",[10] "tríplice aliança"[11] traziam explicitamente à tona a ideia segundo a qual o Estado era um ator nele próprio, ator que em suas interações com o setor empresarial nacional e/ou internacional cumpria papel de liderança no processo de desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, era parte importante da agenda de pesquisa tanto da sociologia política, quanto da ciência política, estudar os muitos aspectos do relacionamento entre esse ator político *sui generis*, o Estado, e a sociedade.

Adotando uma perspectiva macro-histórica para pensar o caso do Brasil, é possível ver com clareza como o Estado-nação se constituiu ao mesmo tempo em ator e em ideologia de desenvolvimento econômico e social. Mais ainda, o desenvolvimentismo comandado pelo Estado e a modernização tornaram-se uma só coisa. Ao longo da história republicana, o discurso político associa sempre Estado, nação, ideal nacional, desenvolvimentismo e modernização. Os ideais positivistas que embalaram a campanha republicana já se amparavam na imagem do Estado como o ator estratégico na racionalização para o progresso.

---

[7] Wagner, 1994.

[8] Swaan, 1988.

[9] Cardoso, 1972.

[10] Martins, 1977.

[11] Evans, 1982.

Sob a República Velha, pode-se ver que os cafeicultores triunfaram em sua luta para fazer do Estado o garantidor de seus interesses de mercado, sob o argumento de que a nação era o café. Proteger os interesses da cafeicultura para assegurar o progresso da nação era a tônica da discussão no Parlamento. O argumento era que só a autoridade pública podia interferir de forma eficiente no jogo de mercado para proteger o produto de exportação que, enriquecendo os produtores exportadores, assegurava automaticamente o interesse da nação. Na prática, esse papel de guardião do mercado deu ao Estado em formação condições estratégicas para criar poder infraestrutural e expandir poder político.[12]

Foi também em nome do progresso da nação que Vargas se apropriou do poder político em 1930, argumentando que o controle do Estado nacional era fundamental para garantir o bem-estar dos brasileiros. Sob seu comando se instaurou o projeto de desenvolvimento nacional que teve no Estado, além do artífice político, o ator econômico fundamental na alavancagem do crescimento econômico. A história da industrialização brasileira toma 1930 como um de seus marcos porque, na era Vargas, sob a égide do Estado, se inaugurava no Brasil a ideia de um projeto de desenvolvimento e modernização. Caberia ao Estado assegurar as bases sobre as quais a economia nacional poderia garantir a prosperidade da nação.

O Estado, que passou a atuar diretamente também na área do mercado sob o regime autoritário de Vargas, conservaria essa vocação modernizante no futuro. O retorno do governo democrático em 1945 reafirmou ainda com maior vigor que o Estado nacional era o portador da modernização, o ator sob cuja liderança a nação realizaria os anseios de todos os seus cidadãos. Na era pós-Vargas, a construção de Brasília no curto espaço de meia década expressou bem a crença no papel central da autoridade na promoção do desenvolvimento nacional. O Estado capitaneava a empreitada, criando assim oportunidades inusitadas para o capital privado, ao mesmo tempo que criava empregos, integrava o território nacional e expandia seu próprio poder.

---

[12] Mann, 1986; e Reis, 1998c.

O novo período ditatorial que viria a seguir, sob as Forças Armadas, levaria a novo patamar a centralidade do ator público como condutor do crescimento econômico e do desenvolvimento nacional. A ditadura militar aprofundou mais ainda a participação estatal no mercado, criando no espaço de duas décadas um grande número de empresas simultaneamente orientadas para o fortalecimento do mercado e do Estado. Assim, por exemplo, levando a termo a tarefa de penetração do território, o governo militar visava tanto a ampliação do mercado, quanto a integração da população rural e a consolidação das fronteiras geográficas.[13]

Em diversos outros países latino-americanos é possível observar projetos modernizantes que guardam correspondência com os processos de construção do Estado e da nação observados no Brasil. Mesmo quando a mística dos movimentos exalta a originalidade de suas experiências, o modelo de fusão entre solidariedade nacional e autoridade estatal se faz sempre presente como meta natural a ser alcançada.[14]

É importante observar que Schwartzman foi um dos pioneiros na análise do modelo de construção de Estado nacional que teve lugar entre nós. Analisando o processo histórico brasileiro, ele fez uso do conceito de cooptação para destacar a centralidade do ator estatal no processo de articulação entre autoridade e solidariedade que aqui ocorreu. Em seu livro *São Paulo e o Estado nacional* (1975), analisou como os processos de construção do Estado e da nação privilegiaram uma forma de incorporação social na qual a tutela do Estado se impunha e inviabilizava a representação política tal como concebida no modelo político liberal.

Nessa perspectiva sociológica macro-histórica, muitos outros autores publicaram suas análises nas décadas de 1970 e 1980. Tais análises davam continuidade às interpretações ensaísticas pioneiras de realizar sínteses interpretativas, mas a novidade estava na explicitação dos modelos teóricos subjacentes e na busca sistemática de evidências empíricas.[15] No período mais recente, contudo, não é fácil encontrar na literatura brasileira exer-

---

[13] Reis, 1988a.

[14] Jaguaribe, 1975; e Stepan, 1980.

[15] Fernandes, 1975; Santos, 1979; Vianna, 1976; e Reis, 1979.

cícios de reflexão e análise sobre processos de longa duração. A perspectiva macro-histórica e o empenho comparativo não encontraram aqui, até o momento, o revigoramento que observamos em outros contextos.[16]

Crise do Estado-nação ou crise da teoria?

A simbiose já mencionada entre autoridade e solidariedade que o Estado-nação logrou adquirir ao longo dos dois séculos precedentes não se mostra mais tão inquestionável. Tanto o polo do Estado quanto o polo da nação experimentam no presente transformações significativas. Sob o impacto dos processos globais em curso, alguns antecipam mesmo a falência do Estado-nação.[17] Outros preferem ver nas mudanças em curso um prenúncio de que o movimento de integração socioespacial está em vias de atingir um patamar mais abrangente, vendo mesmo na União Europeia a vanguarda de constituição do Estado supranacional. Nesse sentido, na tradição de Elias (1982), para alguns trata-se da evolução natural da sociedade em direção à constituição de figurações mais abrangentes que os Estados nacionais. Sem subscrever uma ou outra dessas versões interpretativas, limito-me a observar que a abrangência e a profundidade das mudanças em curso no cenário global sugerem-nos a conveniência de reexaminar nossos postulados e conceitos analíticos.

Tomemos, como ponto de partida, o exame de como o Estado interage com o mercado e com a sociedade. Vemos, por exemplo, que a especialização funcional atribuída convencionalmente a cada um desses atores/conceitos já não se sustenta. Assim, passamos a demandar do Estado a adoção de fórmulas administrativas que antes considerávamos típicas do mercado. A expressão *new government management* tornou-se lugar comum na linguagem da burocracia, expressando um ideal de conduta no âmbito do poder público.[18] Por toda parte os governos, espontaneamente ou por pressão das agências internacionais, veem na adesão aos princípios típicos do comportamento empresarial a alternativa para uma boa ges-

---

[16] Arjomand e Tiryakian, 2004; e Arnanson, Eisenstadt e Wittrock, 2005.

[17] Van Creveld, 1999.

[18] Barzelay, 1992 e 2001; Lane, 2000; e McLaughlin, Osborne e Ferlie, 2002.

tão pública. Por sua vez, os atores típicos do mercado adotam o discurso da responsabilidade social corporativa como princípio normativo, e até mesmo avocam para suas unidades o rótulo de "empresa cidadã".

Para completar o cenário, a sociedade que antes era vista como o ator ou sujeito que se valia, em combinações variáveis, de recursos de Estado e recursos de mercado para se organizar, agora é ela mesma vista como um repositório típico de recursos de organização. Ela pode ser designada como "sociedade civil", como terceiro setor, comunidade republicana, ou ainda outros nomes, mas o que há em comum entre todos eles é a ideia de que a sociedade tem recursos próprios para lidar com problemas coletivos, recursos esses distintos da autoridade e do mercado.

Nas nações menos desenvolvidas, observamos em anos mais recentes que a ideologia do estatismo desenvolvimentista cede lugar a uma nova pauta normativa. Como ilustrado pelo novo léxico do poder público, responsabilidade fiscal, parceria público-privada, *accountability* sinalizam que o Estado não é mais visto como alternativa ao mercado, nem como recurso organizativo estratégico para promover o progresso nacional. Estado e mercado são crescentemente percebidos como complementares.

Além disso, a transformação cultural é ainda mais significativa na medida em que se postula que também à sociedade civil corresponderia um terceiro princípio de organização social. Quando se fala de *terceiro setor* ou de *non-profit sector*, alude-se a uma maneira de resolver problemas coletivos que faz uso de recursos diferentes tanto do poder de comando da autoridade pública quanto do princípio do lucro típico do mercado.

Gradualmente, a concepção segundo a qual as sociedades optavam por combinações variáveis de mercado e autoridade para resolver problemas de coordenação dá lugar a uma visão tripartite, que concebe Estado, mercado e sociedade civil como fontes de recursos organizativos complementares.

Essa nova percepção dos mecanismos de organização da sociedade constitui uma mudança cultural de grandes proporções, que, no entanto, tem sido pouco apreciada pelos cientistas sociais. É verdade que as ciências sociais em geral passam por uma inflexão cultural tão significativa como foi a inflexão linguística que a antecedeu. Contudo, se a cultura ganha proeminência na apreensão do social, isso não implica que tenha

tido lugar de destaque também a reflexão sobre transformações macro-culturais que se processam no presente. Ao sugerir que a maneira de conceber as relações entre Estado, sociedade e mercado passa por profunda alteração no presente, estou de fato sugerindo que esse processo corresponde a uma mudança cultural tão abrangente que, evocando Polanyi (1957), poderíamos falar de uma nova grande transformação. Em outras palavras, perceber o poder público, o mundo das trocas de mercado e o reino plural da sociedade civil como três conjuntos distintos, passíveis de combinações variáveis, repõe nosso entendimento da dinâmica social em bases bastante distintas do paradigma anteriormente vigente.

Incorporar a transformação acima apontada ao exercício autorreflexivo da sociologia ampliaria nosso entendimento sobre a transformação de nossos próprios conceitos, esclarecendo tanto o deslocamento da proeminência de alguns quanto a atual centralidade de outros. Por que, por exemplo, as classes sociais ocupam hoje um lugar muito menos central em nossas análises, enquanto a dimensão identitária das ações e processos sociais ganha tamanha importância? Sem negar a importância de diversas análises empírico-teóricas sobre as mudanças radicais que vêm se processando na esfera trabalho,[19] sustento que é igualmente relevante analisar como se rearranja o universo conceitual dos cientistas sociais ao refletirem sobre o presente. Pode mesmo ser mais estimulante, como agenda de pesquisa, indagar por que os sociólogos formulam mais e mais perguntas que envolvem outros construtos e outras dimensões da vida social, do que perguntar se as classes sociais ainda existem. Da mesma forma, em vez de nos preocuparmos em saber se o Estado-nação está em desagregação, deveríamos nos perguntar como a relação desse com outros atores coletivos experimenta rearranjos que sugerem novas maneiras de se conceber a sociedade.

Não nos esqueçamos também de que, ao mesmo tempo que os cientistas sociais refletem sobre as grandes mudanças ideológico-culturais do presente, eles ajudam a moldar o entendimento delas. Marx não descobriu as classes sociais como sugere às vezes, mas valeu-se desse construto

[19] Gorz, 1982; e Piore, Locke e Kochan, 1995.

para decifrar o mundo moderno em construção. Ao fazê-lo, contribuiu de tal forma para nosso entendimento do mundo que a ideia das classes sociais como constitutivas do mundo real tornou-se senso comum. *Mutatis mutandis*, os teóricos da modernização no século XX tornaram a construção dos Estados nacionais um processo quase natural, uma meta progressiva em torno da qual coletividades se mobilizam.

Qual seria o processo subjacente à valorização do reconhecimento identitário no presente? Em vez de tentar formular hipóteses prematuras nesse sentido, sugiro voltar as lentes reflexivas para as transformações enfrentadas pelos Estados nacionais como um caminho promissor para o entendimento do presente. Insistindo na ideia de que as transformações empíricas em curso afetam e são afetadas pela maneira de as ciências sociais olharem o mundo, insisto também em que se torna imperativo no momento rever nossos pressupostos sobre o mundo moderno, reformular nossos conceitos, buscar novas explicações. E tendo em conta que a forma pela qual os cientistas sociais organizam o entendimento das transformações em curso contribui para informar a maneira de a sociedade se ver, reconheço também que o conhecimento que produzimos tem consequências para a vida social.

A intricada rede de relações entre história e teoria que marcou o surgimento das ciências sociais como disciplinas teórico-interpretativas não se dissipa nem mesmo quando a própria dinâmica histórica do conhecimento estimula a separação crescente entre a narrativa histórica e a estilização generalizante da teoria. Que a atividade teórica se justifica como instrumento para decifrar problemas históricos concretos é de fato trivial na tradição da sociologia macro-histórica, como se deduz, por exemplo, da obra de Marx ou de Weber. Na verdade, mesmo os clássicos que optaram por uma perspectiva mais abstrata e formal adotam essa perspectiva, tendo em vista elaborar teorias capazes de dar conta dos dilemas do presente. Assim, por exemplo, a análise que Durkheim faz da divisão social do trabalho constitui inspiração duradoura para se entender a era moderna e seus dilemas.

É curioso também observar que mesmo a postura analítica radical, aquela que rejeita frontalmente a dimensão histórica, pode ser explicada

como desdobramento do processo histórico de diferenciação e racionalização da produção de conhecimento. Ao rejeitar a incorporação da dimensão histórico-processual, o raciocínio teórico logra expandir sua abrangência e precisar mecanismos causais, fazendo tábula rasa das perturbações contingentes. Aí reside a força da teoria dos jogos, ou a atração da análise do comportamento estratégico. A postulação de cálculos racionais contingentes, típica da teoria depurada da história, expressa um estágio avançado da institucionalização das ciências sociais. É igualmente o movimento de diferenciação do conhecimento social que leva à reação oposta ao formalismo teórico, expresso de forma típica na descrição densa adotada na antropologia. Fazendo da singularidade a universalidade dos processos sociais, a perspectiva etnográfica também se constitui em alternativa à explicação macro-histórica.

Como quer que seja, apesar de alguns momentos de refluxo, a fragmentação da análise social tem também legitimamente reservado espaço para a perspectiva teórica macro-histórica. Reconhecendo que o descolamento radical entre teoria e história, postulado por muitos como requisito de cientificidade,[20] pode condenar o conhecimento teórico à irrelevância, são também muitos os que tratam de preservar o espaço das comparações de caráter macro da identificação de padrões e tendências processuais.[21] Para estes últimos, manter o diálogo entre história e teoria sociológica é condição fundamental para preservar a relevância de uma e de outra. Mais ainda, sustentam que faz sentido se colocar na confluência de ambas para assegurar a fluência desse diálogo. Beneficiando-se dos avanços analíticos e metodológicos internos ou externos a ela, a tradição da sociologia histórica se renova e segue viva em muitos centros acadêmicos. Sua agenda de pesquisa volta-se para as grandes questões empíricas do momento, sejam essas a desterritorialização estimulada pelas novas formas de comunicação, as novas formas de entendimento das diferenças sociais, as novas fontes de desigualdade, as implicações sociais dos avanços da biotecnologia, ou tantas outras.

---

[20] Goldthorpe, 2000.

[21] Arjomand e Tiryakian, 2004; e Arnanson, Eisenstadt e Wittrock, 2005.

Qual o lugar do Estado nacional, hoje, na agenda da sociologia histórica? Certamente esse ator permanece central na análise dos especialistas, mas não há dúvida de que são muitos os processos em curso que introduzem novas variáveis para análise, e novos desafios clamam por resoluções teóricas. Como entender, por exemplo, o processo de integração supranacional, que tem seu avanço mais óbvio no contexto europeu, mas que observamos também em diversos outros contextos? Que o processo de integração socioespacial crescente, cujo curso vemos com clareza, coloca em questão a concepção clássica de soberania política parece fora de dúvida. A dinâmica dos mercados, as inovações técnicas nas formas de comunicação, a multiplicação das motivações identitárias são forças que põem em xeque fundamentos básicos do Estado nacional.

Na verdade, o avanço dos processos supranacionais constitui apenas uma das dimensões dos problemas enfrentados pelos Estados nacionais contemporâneos. Não se pode ignorar o outro lado, qual seja a força igualmente notável da descentralização e do localismo. Muitos autores já chamaram a atenção para a simultaneidade desses dois processos: fragmentação, por um lado, e integração crescente, por outro. Conforme lembrou Robertson (2002), a globalização e o localismo se completam. A própria necessidade de coordenação e controle de uma ordem crescentemente planetária estimula e demanda novas clivagens de identidade e de interesse, valorizando assim o local, o fragmentado.

Diante desse quadro que, na verdade, não é um acontecimento discreto e, sim, um longo processo histórico, o Estado nacional estaria se tornando supérfluo? Muitos sustentam que sim, embora os acontecimentos políticos nacionais continuem a provocar comoções nos mercados financeiros mundiais, embora a cidadania continue essencialmente confinada ao âmbito dos Estados nacionais. Mais ainda, parece ser um dado de realismo o que faz com que os esforços incipientes para organizar uma ordem global tenham nos Estados nacionais seus interlocutores naturais. Seja no âmbito da ordenação do comércio mundial, naquele da implementação dos direitos humanos, ou com mais clareza ainda no que diz respeito aos esforços para preservar a paz, os atores típicos seguem sendo os Estados nacionais.

Por sua vez, a própria questão do revigoramento do nível local ou regional reflete em ampla medida a complexidade do Estado nacional. Ou seja, a importância do local é invocada como um instrumento ideológico para dar maior consistência à articulação de interesses, maior poder de barganha a unidades micro que lutam para obter acesso a recursos materiais e simbólicos controlados pelo Estado nacional. Da mesma forma, a própria expansão do público não governamental (ONGs, associações voluntárias, movimentos sociais etc.) constitui outra forma de fragmentação frequentemente mencionada para se falar de encolhimento do Estado-nação. No entanto, como muitos também têm observado, essas organizações que se colocam como um terceiro setor, distinto do mercado e do governo, têm sua força e poder de barganha definidos basicamente pela capacidade de interpelar os Estados nacionais.

Em resumo, a despeito das muitas afirmações em contrário, o Estado nacional continua sendo um ator de relevância indiscutível. Não me parece, contudo, suficiente concluir que *the state is alive and well*, como sustentam alguns opositores da tese do declínio do Estado nacional. As grandes transformações sociais de nossa história recente são demasiado radicais, e os Estados nacionais não passam por elas ilesos. É verdade que se trata de mudanças com raízes muito remotas, que de certa forma os grandes descobrimentos marítimos do século XVI já eram parte do processo de globalização, como muitos argumentam. Mas também é verdade que hoje, como àquela época, vivemos períodos de inflexão. Assim, não há como negar, por exemplo, que a revolução informacional apressou a mundialização do mercado, ou que essa mesma revolução afeta o sentido dos monopólios de conhecimento, ou mesmo a forma de se fazer diplomacia. Os Estados nacionais de hoje não podem mais atuar como atuavam em meados do século passado, pois isso os tornaria anacrônicos e obsoletos. Hoje eles efetivamente convivem com atores distintos daqueles do passado e por essa razão os papéis que são chamados a desempenhar são bastante distintos.

Cabe assim chamar a atenção para os desafios que os Estados nacionais enfrentam no presente. Quero destacar papéis inovadores que eles estão sendo chamados a cumprir, papéis sobre os quais há ainda pouca

clareza ou mesmo muita ignorância. Nesse sentido, parece-me urgente colocar na agenda das ciências sociais, e em especial naquela da sociologia política, uma pauta de trabalho mínima contemplando os novos dilemas, as novas urgências com que se defrontam no presente os Estados nacionais.

É forçoso reconhecer também que alguns dos papéis centrais tradicionalmente desempenhados pelos Estados nacionais tornaram-se de fato obsoletos. No que diz respeito, por exemplo, à progressiva internacionalização da produção e do comércio, alguns recursos de autoridade até recentemente considerados vitais tornaram-se inoperantes. No mesmo sentido, se nosso foco se desloca para a mobilidade de indivíduos, os limites acanhados da cidadania nacional se mostram irrelevantes para garantir direitos ou deveres de um contingente crescente de migrantes. Se se discute o papel das empresas estatais, as conclusões mais imediatas não são menos taxativas: o Estado nacional reduziu efetivamente seu escopo de atuação. Até mesmo o refluxo da onda privatizante que começa a se esboçar não parece restaurar em sua plenitude a aura do Estado empresarial. Da mesma forma, a política social, seja para dividir tarefas com o setor não governamental, seja para focalizar a clientela a atender, redefine de forma significativa a imagem e a área de atuação do poder público. Mais inquietante ainda são os fenômenos contemporâneos que colocam em xeque o monopólio do uso da violência do Estado. Milícias privadas, exércitos guerrilheiros ou mercenários, gangues de drogas, grupos terroristas agem como se fossem verdadeiros competidores do poder público, tanto no plano material quanto no simbólico.

Entretanto, mesmo reconhecendo que uma série de processos contemporâneos — em geral agrupados sob os rótulos de globalização e fragmentação — efetivamente alteram formas de articulação entre autoridade e solidariedade, permanece crucial buscar o entendimento sistemático das transformações em curso nas formas de exercício da autoridade, por um lado, e no exercício da cidadania, por outro. Esse duplo desafio é compartilhado por sociólogos e outros cientistas sociais, independentemente de seu ambiente particular. Mas, se as questões que se colocam são comuns, muitas das respostas podem e devem ser buscadas contextualmente. Nun-

ca é demais lembrar também que, se por toda parte os Estados nacionais enfrentam novos desafios, persiste a desigualdade que caracteriza de longa data a hierarquia do sistema de nações.

Repensar como o poder público pode se estruturar diante dos desafios do presente envolve esforços simultaneamente teóricos e empíricos. Tendo isso em mente, concluo esboçando uma agenda mínima de reflexão e pesquisa sobre o Estado nacional em três grandes áreas: a) regulação da produção e distribuição privada de bens e serviços públicos; b) interação entre o poder público e a sociedade civil; e c) avaliação dos resultados de políticas sociais alternativas. Definida dessa forma, a agenda é muito genérica e certamente pouco relevante. Entretanto, meu propósito é tão somente sintetizar um conjunto de atividades típicas do Estado nacional que, tudo indica, se tornarão cada vez mais centrais. Algumas dessas atividades são novas, outras apenas redefinidas, todas, porém, de importância crucial para a sociedade contemporânea.

No que diz respeito à regulação, tenho em mente todas as novas tarefas de controle e supervisão que o poder público é chamado a exercer para assegurar a produção e a distribuição de bens e serviços públicos a cargo de atores não públicos. Em ampla medida, as agências de regulação concentram hoje o exercício da autoridade no âmbito econômico. A provisão adequada de energia elétrica, petróleo, serviços de saúde, vias de transporte etc. deve ser assegurada pelos órgãos públicos de controle. No entanto, dada a própria novidade dos arranjos de supervisão e controle, falta clareza quanto à natureza e ao alcance dessas atividades de regulação, faltam mecanismos institucionais para o exercício delas, faltam recursos técnicos e humanos adequados às tarefas em pauta.

Nem sempre é claro para os atores das tarefas de regulação que estas são radicalmente distintas daquelas tradicionalmente exercidas por uma empresa estatal. Enquanto esta última se valia da possibilidade de maximizar ora recursos de autoridade ora recursos de mercado, uma agência de regulação tem que se ater às exigências do mercado, mas não pode ela própria se pautar pelos critérios deste. Tarefas de regulação pressupõem uma rede de competências bastante complexa. Elas têm que dar conta dos muitos aspectos técnicos e administrativos específicos aos bens ou

serviços produzidos, da dimensão jurídico legal que preside as relações entre o público e o privado, dos aspectos econômicos e contábeis etc.

Mas a regulação também precisa responder especificamente às demandas da cidadania. É inegável que os direitos de cidadania incorporam hoje o acesso ao consumo de bens e serviços públicos. Há pouco reconhecimento dessa relação entre cidadania e provisão de bens públicos. A sociologia política e diversas outras especialidades da disciplina têm um amplo horizonte de trabalho a desenvolver nesse sentido. Pensar formas inovadoras de atender às demandas da clientela de serviços públicos e de dirimir conflitos e tratar divergências de interesses entre os produtores e os consumidores de tais serviços, assegurar mecanismos efetivos para coibir abusos e violações de direitos dos consumidores/cidadãos, tudo isso exige não só o concurso de técnicos, economistas e advogados, mas certamente também de sociólogos.

É importante ter em mente que o trabalho de sociólogos e outros cientistas sociais não se restringe à negatividade, à crítica do *status quo*. A sociologia pode e deve ser também consequente e propositiva. Em particular, seja centrando-se no estudo das relações concretas entre o poder público, as empresas privadas provedoras de bens e serviços públicos e o cidadão, seja centrando-se no estudo dos novos formatos organizacionais que caracterizam a sociedade contemporânea, não resta dúvida de que a sociologia política e a sociologia das organizações têm diante de si um amplo território a ser explorado.

Da mesma forma, no que diz respeito às relações entre o Estado e a sociedade civil, ou o setor público não governamental, há toda uma série de aspectos que precisam ser esclarecidos. Reconhecendo que as entidades do setor público não governamental constituem parte importante do assim chamado "capital social", eu diria que esse capital, *mutatis mutandis,* carece de alguma forma de regulação, que guardaria alguma semelhança com as exigências relativas às entidades privadas responsáveis pela produção de bens e serviços públicos. Aqui também a sociologia confronta uma agenda de temas de extrema relevância. Ela pode, por exemplo, contribuir pensando processos e instituições e mecanismos de fiscalização, com vistas a assegurar a transparência e a responsabilidade de ONGs,

minimizar duplicações de funções, ou evitar descontinuidades no atendimento de tarefas específicas. Mais ainda, a reflexão crítica pode contribuir para lançar luz sobre questões como a emergência de monopólios de representação e a consolidação de novos privilégios em contextos onde as chances de participação são muito desiguais, dessa forma propiciando a sobrerrepresentação de interesses específicos.

Finalmente, uma terceira área onde, me parece, as ciências sociais em geral e a sociologia em particular podem vir a ter sua relevância ampliada diz respeito à investigação das consequências de diferentes políticas sociais. Essa não é uma tarefa nova, mas em muitos contextos pouco explorada pelos sociólogos. No contexto brasileiro, é verdade que temos contribuído pelo menos tangencialmente para o melhor entendimento da questão social através de muitos estudos de caso e análises tópicas. Mas tem faltado mais investimento no diagnóstico de nossos grandes problemas sociais, no exame sistemático das possibilidades de intervenção, na formulação de políticas e, sobretudo, na avaliação de resultados de políticas específicas. Quase todo esse trabalho tem sido feito por outros ramos das ciências sociais, com pouca ou nenhuma colaboração dos sociólogos. Não se trata aqui de reclamar uma reserva de mercado para sociólogos e, sim, de reconhecer que as contribuições das diferentes disciplinas são diferenciadas e complementares.

Com relação a este último tema, a novidade diz respeito às inflexões recentes da política social no contexto do Estado mínimo: mudou a expectativa em relação à política social e, por isso mesmo, temos que estar atentos às implicações inerentes às transformações introduzidas na provisão e na distribuição da "cidadania social".

Para terminar, seria também muito relevante examinar em detalhe as transformações experimentadas na América Latina e no Brasil, em particular pelo Estado desenvolvimentista. Em todo o continente muito se falou sobre o perverso encolhimento do Estado como produto do neoliberalismo exportado do centro para a periferia, como processo comandado pelo consenso de Washington, e versões críticas similares. Mas falta examinar em detalhe, e de uma perspectiva propriamente analítica, até que ponto o que se passou na América Latina repete as mudanças que os

Estados nacionais experimentaram por toda a parte como resultado dos processos globais que impõem desafios técnicos, econômicos e culturais à noção tradicional de soberania.

É verdade que a perspectiva histórica experimentou um relativo declínio também em outros contextos. Contudo, a própria ideia de fim da história rapidamente tornou-se história e a sociologia em diálogo com a geografia econômica, com a economia política e com a própria história tem trazido de volta exercícios teóricos estimulantes com base na comparação de processos de longa duração.[22]

As questões que acabo de mencionar merecem atenção urgente nos planos tanto teórico quanto empírico. Uma ciência social preocupada com sua relevância para a vida social não pode ignorar qualquer dessas duas dimensões. Sensíveis à premência de questões que sequer são formuladas com clareza no momento atual, as ciências sociais têm no presente um desafio equivalente ao que tiveram nossos clássicos quando esboçaram suas teorias sobre o processo de modernização. Se se trata agora de um desafio pós-moderno ou de uma nova modernidade é uma questão importante, mas não necessariamente a mais urgente na agenda dos cientistas sociais.

Referências bibliográficas

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. The rise of Europe: Atlantic trade, institutional changes and growth. *American Economic Review*, v. 95, p. 546-579, 2005.

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*: reflections on the origins and spread of nationalism. ed. rev. London: Verso, 1991.

ARJOMAND, S.; TIRYAKIAN, E. (Eds.). *Rethinking civilizational analysis.* London: Sage, 2004.

ARNANSON, J.; EISENSTADT, S.; WITTROCK, B. (Eds.). *Axial civilizations and world history.* Leiden: Brill, 2005.

---

[22] Acemoglu, Johnson e Robinson, 2005; Arjomand e Tiryakian, 2004; e Arnanson, Eisenstadt e Wittrock, 2005.

AXTMANN, Roland. The state of the State: the model of the modern State and its contemporary transformation. *International Political Science Review*, v. 25, n. 3, p. 259-280, 2004.

BARZELAY, Michael. *Breaking through bureaucracy*: a new vision for managing in government. Berkeley: University of California Press, 1992.

_____. *The new public management:* improving research and policy dialogue. Berkeley: University of California Press, 2001.

BECK, Ulrich. *The cosmopolitan vision.* Oxford: Polity Press, 2006.

BENDIX, Reinhard. *Nation building and citizenship.* 2. ed. rev. Berkeley: University of California Press, 1977.

BREUILLY, John. *Nationalism and the State.* New York: St. Martin Press, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios.* São Paulo: Difel, 1972.

_____; FALETTO, E. *Dependencia en América Latina*: ensayo de interpretación sociológica. México: Siglo Veintiuno, 1969.

COHEN, Jean; ARATO, Andrew. *Civil society and political theory.* Cambridge, Mass.: MIT Press, 1992.

ELIAS, Norbert. *The civilizing process.* Oxford: Basil Blackwell, 1982. (v. II: State formation and civilization.)

EVANS, Peter. *As multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro.* Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GOLDTHORPE, John. *On sociology:* numbers, narratives, and the integration of research and theory. Oxford: Oxford University Press, 2000.

GORZ, André. *Farewell to the working class.* Boston: South End, 1982.

GRILLO, R. D. (Ed.). *Nation and State in Europe:* anthropological perspectives. London: Academic Press, 1980.

HOBSBAWM, Eric. *Nations and nationalism since 1988.* Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

JAGUARIBE, Helio. *Sociedade, mudança e política.* São Paulo: Perspectiva, 1975.

KEANE, John. *Democracy and civil society.* London: Verso, 1988.

LANE, Jan-Erik. *New public management.* London: Routledge, 2000.

MANN, Michael. *The sources of power.* Cambridge: Cambridge University Press, 1986. v. 1.

MARTINS, Carlos Estevão (Org.). *Estado e capitalismo no Brasil.* São Paulo: Hucitec, 1977.

McLAUGHLIN, K.; OSBORNE, S.; FERLIE, E. (Eds.). *The new public management:* current trends and future prospects. London: Routledge, 2002.

PIORE, M.; LOCKE, R.; KOCHAN, T. (Eds.). *Employment relations in a changing world economy*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.

POLANYI, Karl. *The great transformation*: the political and economic origins of our time. Boston: Beacon Press, 1957.

REIS, Elisa P. *The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil, 1880-1930.* 1979. PhD (Thesis) — MIT, Cambridge, Mass., 1979.

_____. Mudança e continuidade na política rural brasileira sob o regime militar. *Dados*, v. 31, n. 2, 1988a.

_____. O Estado-nação como ideologia: o caso brasileiro. In: _____ (Org.). *Processos e escolhas:* estudos de sociologia política. Rio de Janeiro: ContraCapa, 1998b.

_____. Poder privado e construção do Estado sob a Primeira República. In: _____ (Org.). *Processos e escolhas:* estudos de sociologia política. Rio de Janeiro: ContraCapa, 1998c.

ROBERTSON, Roland. *Globalization:* social theory and global culture. London: Sage, 2002.

SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça.* Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado nacional.* São Paulo: Difel, 1975.

_____. *Bases do autoritarismo brasileiro.* Rio de Janeiro: Campus, 1982. [ed. rev. de *São Paulo e o Estado nacional.*]

STEPAN, Alfred. *Estado, corporativismo e autoritarismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SWAAN, A. de. *In care of the State.* Oxford: Polity Press, 1988.

TILLY, Charles (Ed.). *The formation of national States in Western Europe.* Princeton: Princeton University Press, 1975.

TREBAT, T. *Brazil's State-owned enterprises:* a case study of the State as entrepreneur. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

VAN CREVELD, M. *The rise and decline of the State*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

VIANNA, L. Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WAGNER, Peter. *A sociology of modernity:* liberty and discipline. London: Routledge, 1994.

WEBER, Eugen. *Peasants into frenchmen:* the modernization of rural France. Stanford: Stanford University Press, 1976.

WEBER, Max. *Economy and society.* Berkeley: University of California Press, 1978.